

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO.....	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI.....	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA.....	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI.....	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS.....	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO.....	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO.....	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“A deslegitimação dos movimentos sociais pela mídia, esvazia o conteúdo político de suas demandas, e transforma as questões apresentadas por esses atores e as suas formas de luta numa questão policial, e não em um problema social.”

THIAGO APARECIDO TRINDADE

Momento de rearticulação e reagrupamento da esquerda

Rosa Helena Santos¹

Thiago Aparecido Trindade é professor adjunto do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Em sua trajetória acadêmica vem pesquisando como as ações de protestos protagonizadas pelos movimentos sociais são enquadradas pelo discurso midiático. Em sua tese pesquisou o significado político de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo pelo movimento de moradia e a importância desta forma de ação. Seu trabalho é de grande relevância, já que, procura contribuir com o debate sobre a relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação, em particular, e com o debate teórico mais amplo sobre a relação entre os movimentos sociais e a democracia.

¹ Mestranda de Políticas de Comunicação e de Cultura na Universidade de Brasília. Pesquisadora do LaPCom – Laboratório de Políticas de Comunicação do PPG-FAC-UnB. E-mail: rlenas133@hotmail.com

Qual é o papel dos movimentos sociais na atualidade? Você acha que houve mudança nos últimos tempos? Você poderia citar alguns exemplos?

Eu até desenvolvi um pouco essa reflexão no capítulo final da minha tese. Até muito em função da pesquisa que eu fiz, o argumento que eu defendi na minha tese vai muito nesse sentido. Você me pergunta se houve mudança no papel dos movimentos sociais hoje. Eu acho que sim, mas em um sentido no qual vou tentar estabelecer uma linha de tempo. Quando ocorre a promulgação da Constituição de 1988, até o ano passado — porque estou considerando que o ano passado foi o encerramento de um ciclo, em função da ruptura institucional que tivemos no Brasil, da ruptura democrática e tudo mais —, eu considero que entre 1988 e 2016 a principal função dos movimentos sociais era publicizar, era tornar público, escancarar as promessas não cumpridas na nossa Constituição Federal. Então, por exemplo, o direito à moradia está assegurado, o direito à alimentação, o direito ao lazer, o direito à cultura, uma série de outras coisas. Sabemos, por exemplo, que os movimentos de moradia têm um potencial muito forte de questionar isso por conta da luta deles, que envolve o direito à cidade. Não só o movimento de moradia, mas hoje no Brasil nós temos um grande protagonista também, que é o Movimento Passe-Livre, que é o MPL, que foi um grande protagonista das manifestações de 2013 no Brasil. Então, nesse sentido, e não só o Movimento de Moradia, claro, o MST também, o próprio MST coloca o dedo numa ferida da sociedade brasileira, que é uma ferida muito profunda: o fato de que o Brasil é um país que não fez reforma agrária.

Eu entendo que a principal importância do MST e dos Movimentos de Moradia em nível nacional, é apontar esses problemas. A capacidade que esses movimentos tiveram para tornar isso público foi muito relevante, ou seja, quando falamos “tornar público” significa fazer com que a imprensa fale sobre isso. Porque aí existe uma questão muito complicada. Nós podemos não gostar da abordagem que a imprensa faz, mas a abordagem da imprensa é necessária para que as demandas adquiram publicidade. O próprio Habermas, que é um autor muito importante também no campo da comunicação, em uma das suas obras mais importantes, que é *Direito e Democracia*, deixa isso muito claro.

A mídia, o caminho da mídia é incontornável para os movimentos sociais. Não há como contornar esse caminho se os atores querem tornar públicas, querem publicizar as suas demandas e as suas reivindicações. E aí eu acho que, se isso é verdade, se isso valeria como uma tese entre o período de 1988 a 2016, talvez do ano passado para cá, o principal papel e a principal importância dos movimentos sociais é no sentido de manter as garantias da Constituição de 1988. Se até o ano passado a principal função era publicizar os temas e lutar pela implementação dos direitos, hoje eu acho que o principal papel desses atores consiste em manter aquilo que está escrito. Por aí

definimos o retrocesso. Porque a luta no período anterior que se encerrou no ano passado era uma luta pela implementação daquilo que está constitucionalmente garantido. Agora, não estamos lutando para implementar, mas estamos lutando para manter o que está escrito, para, quem sabe, acumular forças e, num próximo ciclo, conseguir uma ofensiva capaz de voltar a lutar pela implementação daquilo que foi assegurado.

Como os movimentos sociais são noticiados pela imprensa no Brasil? Há diferença entre os veículos? Você poderia citar exemplos?

Eu acho que tem. Mas é interessante essa pergunta porque eu já conversei muito com meus alunos sobre isso. Vamos fazer uma comparação de dois grandes veículos da imprensa escrita: *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. A *Folha* e o *Estado* têm posições diferentes em relação a alguns pontos. Por exemplo, a *Folha* é a favor das cotas raciais, é contrária à pena de morte, à redução da maioria penal e tem uma postura mais aberta, por exemplo, para discutir a descriminalização das drogas; enquanto o *Estado* já tem uma postura mais conservadora em relação a todos esses tópicos: é contra as cotas, tende a ser a favor da redução da maioria penal, geralmente não se mostra um veículo aberto para se discutir, por exemplo, a questão da descriminalização das drogas. Então, digamos, a *Folha* é liberal no plano econômico e liberal no plano dos valores. O *Estado*, em termos bem gerais, é um veículo liberal no plano econômico e conservador no plano dos valores. Então existem diferenças que devem ser levadas em conta. Não dá para dizer que é a mesma coisa. Mas têm algumas questões que parecem unir esses grandes jornais, como por exemplo, a forma como eles abordam a luta dos movimentos populares.

Tem um documentário sobre a vida do Milton Santos, um grande geógrafo brasileiro, intitulado *O mundo global visto do lado de cá*. E, nesse documentário, justamente fazendo uma análise sobre a imprensa, ele faz uma análise muito interessante, dizendo que, se olharmos para esses grandes veículos da imprensa escrita, quando se referem a determinados temas, quando estamos falando, por exemplo, da luta dos movimentos sociais, a luta do MST, a luta do MTST, a luta pela terra de um modo geral, seja ela no meio rural, seja ela no meio urbano, até as fotos que saem nesses jornais são iguais.

Do ponto de vista de algumas questões, é claro que existe uma diferença de posição entre esses veículos, mas a impressão que eu tenho é que (e isso incluiria também o jornal *O Globo*), quando se trata de grupos organizados politicamente, que afrontam os interesses do *status quo* de alguma forma — e nós nem estamos falando aqui de uma revolução socialista, mas estamos falando de distribuição de propriedade, que é algo que os países de capitalismo avançado já fizeram em grande medida, por exemplo, em relação ao que se refere à reforma agrária —, quando falamos de movimentos que atingem o coração dessas elites, parece que se tem uma posição meio fechada no meio jornalístico. Claro, estamos nos referindo a esse meio jornalístico da chamada “grande imprensa”. Porque aí é o outro lado da moeda.

Aí temos que considerar que existem hoje, principalmente graças à internet, vários outros veículos que ganharam destaque, que têm, digamos, uma circulação não desprezível; não é comparável à circulação dos grandes veículos, mas também não é uma circulação a ser desprezada. Eu citaria, por exemplo, o próprio caso da *Carta Capital*, que tem algumas reportagens muito interessantes em relação justamente às lutas dos movimentos sociais; *Brasil de Fato*, *Correio da Cidadania*, *Rede Brasil Atual*, enfim. São veículos que acabaram tendo certa difusão nos anos recentes e que trazem outra versão sobre os movimentos sociais. Isso sem contar, claro, as plataformas e os endereços eletrônicos dos próprios movimentos sociais, que, pelo menos na minha visão, têm se tornado cada vez mais especialista no uso das redes sociais.

É muito evidente que existe ali dentro desses movimentos pessoas mais jovens que estão operacionalizando essas redes e tentando justamente construir um diálogo com essa juventude, inclusive a juventude da periferia. Eu chamaria a atenção também para o caso das Mães de Maio, que é um movimento que praticamente se tornou conhecido graças às redes sociais. Então, existem esses dois lados. Agora, se pensarmos na grande imprensa, a abordagem tende a ser predominantemente negativa, como eu falei agora há pouco. É verdade que se pesquisarmos a fundo, e algumas pesquisas mostram isso, existem, sim, reportagens pontuais ou até mesmo um editorial dentro do circuito da grande imprensa ou outro que tendem a apresentar uma visão mais simpática às demandas de alguns movimentos. Porém, se fizermos uma análise longitudinal, uma análise de longo prazo, vemos que essas reportagens, esses discursos mais moderados ou até mais simpáticos são bem minoritários perto dessa avalanche de ataques, digamos assim, que a grande imprensa costuma fazer aos movimentos de esquerda no Brasil.

E de alguma forma a imprensa no Brasil contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos movimentos sociais? Poderia citar alguns exemplos?

Eu não tenho dúvida. Pelo menos desde meados da década de 1980, com as pesquisas do Stuart Hall e de seus colegas, essa questão de como a notícia é recebida pela audiência é um tema muito controverso e muito polêmico. É claro que não dá para dizer que o público-alvo da imprensa absorve as notícias da forma como o editor imagina ou da forma como o editor gostaria que acontecesse, não puramente. Então o que esses estudos nos ensinaram é que a influência da mídia nesse sentido precisa ser relativizada. Isso é verdade e eu concordo totalmente. Porém, eu quero chamar atenção para uma coisa que sempre comento com meus alunos que, embora precisemos relativizar a influência da mídia, isso não significa descartar a influência da mídia.

Na minha perspectiva, acho que a mídia continua a ser a principal formadora de opinião na sociedade. Não tenho a menor dúvida disso. Alguns estudos recentes nos Estados Unidos têm mostrado que essa questão da influência da internet, que foi e tem sido muito debatida de alguns anos para cá, é o que precisa ser relativizada, porque 90% do conteúdo compartilhado na internet, em alguns casos, é o conteúdo trabalhado pelas grandes corporações do setor de

comunicação. Nesse sentido, os termos que muitas vezes são utilizados pela imprensa para descrever as ações dos movimentos sociais no Brasil, como “invasão”, “formação de quadrilha”, “associação criminosa”, “facções”, tem um sentido muito pejorativo e isso contribui para estigmatizar fortemente esses atores. E principalmente não apenas o que sai na imprensa escrita, mas principalmente na televisão. Não é raro vermos analistas da grande imprensa tacharem de terrorismo as ações como, por exemplo, os travamentos de rodovias e as ocupações de terras e imóveis ociosos.

Nesse sentido, existe uma estigmatização, uma estereotipação muito forte justamente operando a partir da construção de estereótipos negativos sobre o que representam as ações desses movimentos. Então, na medida em que se associa a ocupação de uma terra ou de um imóvel urbano num ato de invasão, afirmando que ela é um ataque à propriedade privada e não uma forma de lutar por direitos constitucionalmente estabelecidos, obviamente está sendo criada uma imagem muito negativa perante a sociedade.

Porém — e eu acho que isso é uma coisa bastante interessante para ser discutido nessas pesquisas que envolvem a relação entre mídia e movimento —, a pergunta que eu tenho me feito é: o que é pior para os movimentos sociais? Estarem presentes na mídia de uma forma negativa ou simplesmente serem ignoradas pela mídia? Porque, veja, quando alguém apresenta uma história sobre qualquer coisa, quando se apresenta uma narrativa, ao fazer isso, está sendo aberta a possibilidade de ser produzida uma contranarrativa; está sendo aberta a possibilidade de que o argumento contraditório apareça em algum momento, inclusive, como eu havia falado, dentro do próprio circuito da mídia hegemônica. Por exemplo, na *Folha* há colunistas como Vladimir Safatle, e até pouco tempo atrás o Guilherme Boulos (principal coordenador do MTST em nível nacional) era colunista da *Folha*. Então, dentro do próprio jornal existem versões diferentes sobre aquele episódio ou sobre aqueles eventos. Por outro lado, quando aquele assunto é ignorado, quando simplesmente você não existe para o grande público, na minha perspectiva, isso é muito pior. O dilema dos movimentos sociais é este: ser tratado pela mídia de uma forma profundamente estigmatizada e predominantemente negativa, porém, ainda assim, depender dela, depender desse veículo para que seja um ator conhecido perante a opinião pública.

Você consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas nos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. E quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos movimentos sociais?

É difícil falarmos em termos de vinculações explicitamente partidárias, muito embora saibamos, claro, que existe um circuito dessa grande imprensa que há muitos anos sonha com o PSDB no poder. Isso é muito evidente. Não por acaso, essa grande imprensa nunca fez questão de investigar a fundo os grandes escândalos de corrupção do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Eu vou citar apenas dois: a chamada “privataria tucana”, o escândalo das privatizações, e

a compra de votos para o mandato da reeleição do governo FCH, em 1997. Então, é um setor da imprensa que tem, obviamente, uma predileção por um determinado partido. Porém, eu preciso falar, eu prefiro pensar que essa imprensa tem, na verdade, uma posição de classe, e essa posição de classe é dominante.

O Venício Lima, que foi professor aqui do IPOL, tem alguns escritos até recentes sobre isso, mostrando o alinhamento à direita dessa grande imprensa brasileira. Quando falamos “à direita”, é no seguinte sentido: defender um projeto de estado mínimo, defender um projeto no qual as políticas de distribuição de renda não sejam prioridade, não sejam foco do governo e menos ainda do Estado. Porque o grande receio de uma parte da elite brasileira como um todo era de que algumas iniciativas que vieram à tona no ciclo petista se tornassem políticas de Estado. Essa que é a grande questão. Um dos principais receios desses setores é que o combate à desigualdade se torne uma prioridade do Estado brasileiro. E, como nós estamos vendo, infelizmente isso não se tornou prioridade mesmo, porque agora, depois do golpe do ano passado, tudo isso mudou muito rapidamente. E o que nós estamos vendo agora é que são justamente os setores mais vulneráveis da população que sofrerão as consequências negativas do retrocesso em curso. E essa grande imprensa, é inegável que ela tem uma posição estrutural, que é dentro da elite econômica do país.

Nós estamos falando de grupos que são proprietários de grandes veículos de comunicação. A estatística varia de acordo com a fonte, mas no Brasil de hoje podemos dizer que existem, mais ou menos, dez grandes grupos econômicos controlando cerca de 70% do mercado de comunicação do país. E, claro, ninguém chama mais atenção do que as organizações Globo, que detêm em larga medida a chamada propriedade cruzada dos meios, ou seja, jornal, rádio, televisão, revista, internet. Detêm muitos privilégios em um item que, para muitos juristas, e segundo a Constituição de 1988, deveria ser regulamentado, portanto, não deveria ser permitido, não corresponde à realidade jurídica do país.

Então, esses setores que estão à frente dessa imprensa fazem parte do que classicamente foi definido por alguns autores da teoria política como classe burguesa. E, por ser a classe burguesa, são, sem dúvida, pessoas ligadas à classe dominante, e portanto têm posição de classe. Então, faz sentido falar em predileção partidária? Faz. Mas eu acho que faz mais sentido ainda quando pensamos do ponto de vista estrutural da sociedade, em cuja estrutura esses grupos possuem uma posição altamente privilegiada, uma vez que são proprietários de meios de comunicação e detêm o capital nas mãos, não o capital produtivo nos termos marxistas, mas detêm o capital que os torna proprietários dos meios de comunicação.

Para você, há diferença de cobertura dos movimentos sociais pela imprensa do seu país (do Brasil) e pela imprensa internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e

manifestações cuja cobertura nacional foi diferente da internacional no sentido de criminalizar os movimentos sociais.

Vou citar um exemplo bem recente: a greve geral do dia 28. Circularam pela internet *prints* de manchetes de alguns jornais internacionais, como o próprio New York Times, com um enquadramento muito diferente do que foi construído pela imprensa no Brasil a respeito da greve geral de 28 a de abril. É interessante essa questão. Eu falei agora há pouco sobre o risco dos movimentos sociais serem ignorados.

No dia 27 de abril, chamou a atenção de muita gente o fato de que o *Jornal Nacional* não falou sobre a greve. É interessante. Qual foi a opção? Foi não falar sobre. Isso acarretou um processo interessante porque eles sofreram uma avalanche de críticas nas redes sociais. E, no dia 28, durante o dia 28, eles se esforçaram em mostrar, na cobertura do próprio telejornal, que eles tinham feito uma cobertura sobre a greve. Porém, obviamente, uma cobertura com base no *modus operandi* que conhecemos: ouvindo principalmente as autoridades políticas, as autoridades policiais, que usam todos esses termos que já citamos: associam protesto a baderna, a desordem pública, ao vandalismo etc., e dando muito pouco espaço para que as lideranças populares, que foram as verdadeiras protagonistas do protesto, pudessem expor seus pontos de vista.

Eu, por exemplo, fiz questão de acompanhar, aqui no DF, o *DFTV*, que é o telejornal da Globo na hora do almoço, na edição da tarde, que tem início ao meio-dia e acaba por volta de 12h50; eu fiz questão de acompanhar, e nenhuma, nenhuma liderança de movimento social falou, absolutamente nenhuma. As reportagens mostravam a polícia atirando bombas para dispersar os travamentos que foram feitos nas rodovias, que foram feitos principalmente pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), e entrevistavam as pessoas que estavam indo para o aeroporto e que estavam sendo prejudicadas porque tinham que descer ou parar o carro e caminhar até o aeroporto, ali já próximo à entrada do Park Way. E essa é a questão.

Ao mesmo tempo em que a imprensa no Brasil faz desse jeito, existem jornais no mundo, que nem são jornais de esquerda necessariamente, mas são veículos que trazem um outro olhar para esses fatos. Isso se vê pela própria manchete. Enquanto que na própria *Folha de S.Paulo* estava dizendo, por exemplo, “protestos geram prejuízos e causam distúrbios”, em jornais internacionais de grande relevo, as manchetes eram “cidades brasileiras paralisadas por protesto contra a austeridade”, algo mais ou menos nessa linha. Então, o enquadramento é diferente sim, não há como negar. Sem contar a definição que vemos, por exemplo, para nomear os próprios manifestantes. Enquanto muitos jornais lá fora se utilizam dos termos “ativistas” ou “manifestantes”, no Brasil muitas vezes lemos a notícia e ouvimos os repórteres falando o famoso termo “vândalos”: os vândalos colocaram fogo nos pneus. Isso ficou muito evidente em junho de 2013, por exemplo. Isso sem contar o esforço que a polícia sempre faz para jogar para baixo o

número de manifestantes, e obviamente que os números nunca vão bater com as estimativas dos manifestantes. Mas isso eu até acho que está dentro da disputa política mesmo.

É aquela história: importa menos a realidade e muito mais a percepção que os atores têm da realidade. Porque, na verdade, existe essa disputa de percepção. E a imprensa, claro, pelo menos esse setor mais hegemônico da imprensa, não é que os movimentos sociais sejam totalmente ignorados, mas eles têm muito menos espaço. Se for pra fazer uma estimativa e pensarmos no *Jornal Nacional*, por exemplo, serão dois ou três minutos dedicados a ouvir autoridades políticas ou policiais se posicionando sobre os protestos, e talvez, com sorte, uns dez segundos com a fala de alguma liderança de movimento social. Se for um jornal como a *Folha de S.Paulo*, vai ser uma página inteira trazendo a percepção e discursos de autoridades e uma notinha num canto da página trazendo a perspectiva dos movimentos.

Para você, qual é a importância da imprensa para os movimentos sociais? E quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite alguns exemplos.

Eu já fui questionado algumas vezes sobre isso em alguns congressos e trabalhos que apresentei, porque eu entrava justamente nesse ponto. Os movimentos sociais precisam da imprensa, independentemente da cobertura que eles tenham. Aí o questionamento era sempre: “mas você não acha que a retratação do movimento social pela mídia é muito mais negativa do que positiva?” Claro que se tem um lado muito perverso, muito negativo, mas estar presente na opinião pública é melhor do que não estar. Para os movimentos, eu considero que seja mais importante que as suas demandas e suas reivindicações estejam circulando de alguma forma por ali, e que eles tenham a oportunidade, mesmo que de uma forma muito precária, de expor o seu ponto de vista, do que se a imprensa optar simplesmente por ignorá-los. E daí que eu digo, e venho até escrevendo e pesquisando sobre isso, da importância que se tem, por exemplo, das ações de protesto. Porque, por exemplo, você pode fazer um abaixo-assinado pela internet, pode fazer uma petição junto ao vereador que você apoiou, pode fazer um *lobby* junto a algumas instituições políticas mais específicas, ou atuar, participar diretamente de alguns espaços que o Estado construiu ao longo desses anos, que chamamos na ciência política de instituições participativas, como, por exemplo, as conferências nacionais. Porém, nenhuma dessas vias de atuação institucional tem o impacto que o protesto tem na opinião pública. Por exemplo, uma petição levada para a Câmara de Vereadores dificilmente vai ser primeira página da *Folha de S.Paulo*. Mas se um prédio for ocupado no centro da cidade de São Paulo, a chance de que isso seja destaque é muito maior. Para os movimentos, é muito importante haver essa publicidade. Esse é o meu ponto.

Aí entramos no segundo ponto, que é o enquadramento que eles têm, a forma como a notícia é produzida, a forma como a notícia é transmitida ao público. E isso implica um desafio. Nos

movimentos que eu já estudei, com os quais eu tive contato, eu tenho percebido um esforço muito grande nesse sentido, de travar uma disputa interpretativa com os meios de comunicação, ou seja, travar uma disputa de enquadramento. Hoje, acredito que exista essa crescente relevância do papel da internet. Eu acho que é um veículo que tem que ser explorado, claro. Na verdade, os movimentos precisam usar todos os meios que estão à sua disposição. Mas eu sou um pouco cético em relação a isso. Uma vez eu fiz um breve levantamento sobre isso, e fui comparar no Twitter o número de seguidores que tem a *Folha de S.Paulo*, a *Rede Globo*, o *Estadão*, a *Veja*, com as contas dos movimentos sociais, como MST, MTST, etc. O número é incomparável. É um abismo gigantesco, com grande desvantagem para os movimentos. Então, na verdade, a internet, de uma certa forma, acaba reproduzindo a assimetria que existe no campo da comunicação convencional. De um modo geral, ela faz isso.

Agora, eu tenho percebido que os movimentos têm se preocupado, têm se profissionalizado cada vez mais no uso das redes sociais, não só na divulgação de textos, de artigos que são divulgados primeiramente em *blogs* ou até mesmo em outros espaços, mas inclusive através da divulgação dos chamados memes, que, hoje, quer queira quer não, é uma coisa que faz parte da realidade do debate político. E por mais empobrecedor que seja — porque não é possível fazer uma análise profunda sobre nenhum assunto através de um meme —, eu tenho visto que os movimentos muitas vezes também acabam recorrendo a esse tipo de linguagem justamente para disputar esse espaço que está se constituindo nas redes sociais. Porém, na minha percepção, nada, na minha opinião nada substitui o trabalho de base. Trabalho de base que a esquerda forjou neste país, fazendo nas décadas de 1970 e 1980 nas periferias das grandes cidades principalmente.

Talvez a esquerda precisasse fazer um curso de atualização com os evangélicos porque eu acho que não há ninguém hoje no Brasil que faça um trabalho de base melhor do que eles. Eu sei que é um pouco controverso o que eu vou falar, mas é muito mais fácil, teoricamente, fazer um trabalho de base para defender um valor que já é, digamos, estruturante do senso comum, dos valores da cultura dominante, que é a religião. É muito mais fácil para alguém que vai fazer trabalho de base chegar com uma bíblia na mão para falar sobre religião do que com uma bandeira vermelha para falar sobre os ideais da esquerda. E eu falo isso porque eu tive a experiência de participar de trabalho de base em uma época que militei junto à Consulta Popular em Campinas. Foi um período muito breve, mas foi um ensinamento muito rico para mim. A Consulta Popular é um grupo que ainda tem nessa concepção do trabalho de base um mote essencial da formação política. Então, eu acho que nada, em termos de estratégia e comunicação popular, substitui o trabalho de base, que, na minha opinião, também está muito associado ao uso da rádio comunitária.

No Brasil sabemos que muitas rádios comunitárias acabam permanecendo numa situação irregular perante a lei, justamente porque no Brasil, pelo pouco que eu pesquisei a respeito disso, o pedido para se abrir uma rádio comunitária pode demorar até oito anos, por exemplo. Eu associo muito essa ideia do trabalho de base à ideia da rádio comunitária, do fortalecimento da

comunicação ali no espaço local. Mas isso tem que ser pensado em termos de uma estratégia, digamos, articulada por uma força de esquerda capaz de fazer isso em nível nacional, com capilaridade nacional. Quem seria essa força? O Partido dos Trabalhadores. E a prioridade do Partido dos Trabalhadores hoje nós sabemos que não é mais o trabalho de base. Sabemos que a grande dificuldade que vemos hoje nesse sentido é que, quer queira quer não, o PT também acabou se acomodando às estruturas do poder. Claro que as coisas mudaram, claro que o contexto todo mudou, mas é aquela história: a ausência da esquerda nas periferias — e um pesquisador que tem falado muito sobre isso é o Gabriel Feltran, professor da UFSCAR —, foi ocupada, principalmente pelas redes ligadas ao tráfico e pelas redes ligadas à igreja evangélica. É aquele velho ditado: o poder não suporta vácuo. Sei que a conjuntura é outra, que muita coisa mudou, mas não podemos achar também que é impossível fazer trabalho de base. Não é impossível. É muito difícil, eu reconheço isso, até porque as condições que temos em relação à década de 1980 são outras. Agora, não podemos achar que é impossível. O problema é que eu não vejo hoje isso como sendo uma prioridade dessa esquerda hegemônica no país, da qual o PT ainda é a principal referência.

Mas você vê alguma outra possibilidade, já que a prioridade do PT não é mais esse trabalho de base que você considera tão importante?

Eu mencionaria duas coisas: a própria possibilidade de fazermos uma política de regulação dos meios de comunicação, que é muito difícil hoje no Brasil por conta do contexto. Eu me lembro de que no período que o Franklin Martins foi o ministro da Comunicação Social (foi por um período meio curto de tempo), ele usou uma expressão várias vezes: “o elefante está em movimento”. O elefante estava se movimentando porque o governo do PT, de fato, apesar de não ter enfrentado diretamente essa questão, apresentou algumas propostas interessantes no sentido de caminharmos um pouco mais no avanço de uma política de regulamentos aos meios de comunicação. Mas, como sabemos muito bem, do ano passado para cá, o elefante parou de se movimentar, o elefante parou de andar.

O maior problema foi este: nós, de um modo geral, compartilhávamos uma sensação de que o elefante estava em movimento e que ele não ia parar. E não digo apenas em relação às políticas de comunicação, mas à democracia de um modo geral. Acabamos caindo numa ilusão de que a democracia política estava consolidada e não teria volta. Hoje nós vemos claramente que foi um erro fazer essa leitura, ter subestimado as possibilidades de um retrocesso. Talvez tenha sido o maior erro desse campo que chamamos de campo popular democrático. Ter partido do pressuposto de que as condições básicas do jogo político estavam dadas. O que vimos no ano passado mostra claramente que não estavam. E o que é mais impressionante: bastou o fato das pessoas comerem três vezes por dia, e que filhos de empregadas domésticas frequentassem universidade pública para que isso gerasse toda a reação que gerou.

Se mesmo com esse reformismo considerado “fraco”, gerou uma reação como essa, imagina se o PT tivesse, de fato, tentado avançar numa política de esquerda. Talvez não teria ficado nem seis meses no poder. É muito delicado tudo isso, mas, claro, isso também não pode servir como pretexto para não tentarmos fazer a luta avançar mais do que ela avançou. Eu sempre vi com muito bons olhos essa questão da tentativa de regulamentação dos meios de comunicação seguindo o exemplo do que foi feito em vários países também de capitalismo avançado, e também tem o caso famoso da Lei de Meios na Argentina, promulgadas em 2009, se não me engano.

Porém, depois do que aconteceu no ano passado, sabemos que as chances de avançar em uma política de democratização da comunicação no Brasil são mínimas. O episódio envolvendo a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) é um sinal claro disso. Foi o primeiro ataque e talvez o mais contundente. Aí eu fico me perguntando: será que não precisamos começar a pensar e talvez a apostar em outras alternativas no que se refere à luta pela democratização da comunicação? Será que não precisaríamos, em vez de continuar nos apegando a essa possibilidade da democratização dos meios a partir de uma ação estatal, apostar em ações de caráter mais subversivo à la WikiLeaks, por exemplo? Ou até mesmo a partir de dissidências individuais, como foi o caso do Edward Snowden?

Para se regulamentar os meios pelo Estado, precisamos, de uma forma ou de outra, que isso venha também do Estado. E sabemos que a relação do Estado com o capital é muito orgânica. Eu não estou dizendo que o Estado e o capital sejam a mesma coisa. Eles definitivamente não são. Porém, sabemos que os limites para a ação do Estado estão muito claros, e isso é mais claro ainda no caso de um país periférico como é o caso do Brasil. E é justamente daí que eu me faço este questionamento: será que essa forma subversiva de lutar pela democratização da comunicação não é um caminho mais realista a ser explorado em termos ao invés de esperar uma ação do Estado? Eu estou falando isso porque estou cada vez mais pessimista em relação à possibilidade de uma política efetiva de regulamentação estatal dos meios de comunicação.

Você falou muito do trabalho de base. Você acredita que os meios de comunicação estão associados a isso? A rádio principalmente, no caso?

Sim. Na minha perspectiva, enquanto pesquisador, a luta central é a luta pela democratização da comunicação. Não há como formar opinião, não há como disputar a interpretação com a classe dominante se os meios de comunicação estão tomados pela classe dominante. Se não houver uma política estrutural de democratização dos meios de comunicação para assegurar uma maior pluralidade no debate público, as possibilidades de travar essa disputa interpretativa são muito restritas. E o grande problema é esse. Para nós conseguirmos democratizar os meios, temos que conseguir forçar o Estado a caminhar nessa direção. E para isso, é necessário que alguns grupos dentro do Estado estejam dispostos a fazê-lo.

Eu não tenho a ilusão de que vamos caminhar para um modelo sueco, por exemplo, que é um modelo extremamente regulamentador e intervencionista. Mas eu acho que podemos avançar um pouco em relação ao que é hoje, no Brasil. Se começarmos a pensar em colocar alguns limites nessa questão da propriedade cruzada e facilitarmos o processo de difusão das rádios comunitárias, eu acho que já seria um grande avanço. Mas, como vamos avançar nisso? A única possibilidade de avançar nisso é construir uma correlação de forças favorável no plano político que force o Estado a fazê-lo, e isso só vem com muita mobilização e muita pressão social. Na minha perspectiva de pesquisador, essa deveria ser a luta central dos movimentos sociais no Brasil. Porém, é o que eu sempre digo, eu sou pesquisador e não um militante orgânico desses movimentos, então não me sinto à vontade para apontar o dedo e dizer o que esses ativistas e dizer devem ou não devem fazer.

Sabemos que os movimentos têm as suas agendas, têm as suas prioridades, e sabemos que é muito difícil construir uma grande coerente em torno de uma demanda única. Eu acho que o que aconteceu no Brasil no ano passado contribuiu para rearticular a esquerda, para reagrupar. Eu acho que a greve geral de 28 de abril foi uma demonstração disso. Mas acho muito difícil vislumbramos um cenário no qual esses movimentos abandonem suas agendas específicas para terem como prioridade a luta pela democratização da comunicação. Enquanto pesquisador, entendo que esse seria o cenário ideal, mas é muito complicado, do conforto da nossa posição acadêmica, dizermos para os movimentos sociais o que eles devem ou não devem fazer.

Considerações finais.

A leitura que eu tenho agora do contexto que estamos vivendo é justamente esta: se a ruptura democrática de 2016 serviu para alguma coisa foi para a rearticulação e reagrupamento da esquerda. Eu acho que o governo do PT proporcionou vários avanços, várias conquistas sociais de várias ordens; não por acaso foi, de fato, o governo que mais avançou no combate à pobreza e à desigualdade. Mas eu acho que ele teve um fator um tanto perverso, que são os efeitos do chamado pacto lulista, que pressupõe a conciliação de classes, o qual tinha uma contrapartida muito forte que era justamente a desmobilização popular.

E, se o evento do ano passado tiver alguma importância histórica, vai justamente no sentido de rearticular essa esquerda em torno de um projeto cuja disputa não seja mais a disputa eleitoral, mas sim a disputa pela construção de uma hegemonia no campo da sociedade civil, com todas as dificuldades que isso envolve. E eu tenho ciência de que isso não é um trabalho de cinco ou dez anos. É um trabalho de trinta, quarenta anos. Que demore o tempo que tiver que demorar.

Eu entendo que, neste momento, o foco da luta popular não é o Palácio do Planalto, mas sim a rua, a periferia, as rádios comunitárias, enfim, todas as ferramentas de comunicação popular que estão sendo constantemente inventadas, reinventadas e reinterpretadas pelos ativistas da

comunicação popular. Acredito que o nosso desafio hoje é esse. E, claro, se houver alguma força social capaz de articular uma luta em torno da democratização dos meios, eu penso que seria uma possibilidade muito importante porque, de fato, para mim, essa deveria ser uma demanda crucial da esquerda no Brasil. Porque é impossível travarmos um diálogo com a sociedade brasileira em termos minimamente equilibrados sendo que os meios de comunicação estão sob o controle da classe dominante.

“Os movimentos sociais têm o papel de lutar pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, contra uma sociedade organizada só em torno do mercado”

VAGNER FREITAS

Ser visível é questão central

Francisco Verri²

Presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes iniciou sua trajetória sindical no final da década de 80. Diretor do Sindicato dos Bancários em São Paulo, nos anos 90, e da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) até 2003, foi um dos fundadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Ainda foi membro de organizações sindicais do Cone Sul e, desde 2006, participa da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores. A frente da CUT, instituição com cerca de 3.500 entidades e mais de sete milhões de filiados, coordenou manifestações contra o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff e de mobilizações contra as reformas trabalhista e previdenciária. Liderança de uma das principais centrais de trabalhadores do País, Vagner se configura como uma personalidade representativa em meio ao epicentro de crise política e institucional que o Brasil convive.

² Mestre em Ciências Sociais e doutorando em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: chicoverri@gmail.com

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

